

BOLETIM



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS
BRASILEIROS

IMPRESSO

EDITORIAL

LIA TEMPORAL MALCHER
Presidente

Este Boletim é dedicado ao Conselho Internacional de Arquivos - CIA e à Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos - CITRA.

Em sua reunião anual, a Mesa Redonda Internacional de Arquivos - CITRA congrega personalidades de destaque da Arquivologia internacional com o objetivo de intercambiar idéias e experiências, visando à solução de problemas que lhes são comuns.

Integrante do Conselho Internacional de Arquivos - CIA e possuindo autonomia de ação, a CITRA apresenta como principal característica o elevado sentido de cooperação que deve reger as ações dos representantes dos países membros.

Em um mundo em transformação, quando se vê o fim das restrições políticas, a queda de barreiras geográficas, o avassalador avanço tecnológico, a formação de blocos supranacionais e a criação de novas zonas de desenvolvimento, cada vez mais grupos ligados por interesses similares se agregam e integram esforços em busca de objetivos comuns. Mais do que nunca o mundo se torna uma "aldeia global".

Ao estabelecer o tema principal da XXIX Conferência: "Promover o desenvolvimento dos arquivos: estratégias junto ao Governo", a CITRA levou em conta a necessidade de se implantar uma política de conscientização da importância dos arquivos como órgãos de apoio à Administração Pública e como centros vivos de informação e cultura.

Premissa básica para a implementação das estratégias eleitas é a aplicação da legislação específica e adequada, de acordo com as características sociais, culturais e históricas de cada país. Este o grande assunto que emergiu da reunião da XXIX CITRA e que deverá se constituir em objeto de estudos e discussões por arquivistas em âmbito internacional.

Considerando a grande representatividade das Associações Profissionais perante uma sociedade democrática e o Estado, a CITRA, através de Seção específica, vem empreendendo esforços no sentido de valorizar o profissional de arquivo e desenvolver sua capacitação. No momento, encontra-se em pauta o Código de Ética, de grande relevância, dadas as responsabilidades que o arquivista assume no exercício de sua profissão.

Com relação aos arquivos públicos, cabe também ao profissional pugnar por sua autonomia administrativa e financeira, o que possibilita o melhor cumprimento de suas funções, levando-se em conta a importância de seu posicionamento em elevada escala hierárquica. Ao apoiar as ações empreendidas em prol do desenvolvimento dos arquivos, o Conselho Internacional de Arquivos estabelece mecanismos de cooperação, aliando-se aos governos no uso da informação como recurso de desenvolvimento, na preservação de seu patrimônio documental e, em primeira instância, na defesa do pleno exercício da cidadania.



This Bulletin is dedicated to the International Council of Archives - ICA and to the International Conference of the Round Table of Archives - CITRA.

At its annual meeting, the International Conference of the Round Table of Archives - CITRA brings together important personalities in the area of international Archivology with the objective of swapping ideas and experiences, and aiming at solving problems of the same nature.

Being a member of the International Council of Archives - ICA and being an autonomous entity, the main characteristic of CITRA is the high standard cooperation which should regulate the actions of the representatives of the member countries.

In a world of constant change (with the end of political restrictions, the fall of geographic barriers, overwhelming technological progress, the formation of supranational blocks and the creation of new development zones), more and more, groups linked by similar interests gather and combine efforts in search of common objectives. More than ever the world is becoming a "global village".

When it established the main theme of the XXIX Conference: "Advancing Archives: Strategies within Government", CITRA took into account the need to introduce the policy of the conscientiousness and importance of archives as support bodies to Public Administration and as live centres of information and culture.

The basic condition for implementing the selected strategies is the application of specific and adequate legislation, according to the social, cultural and historic characteristics of each country. This is the major subject matter which came out of the XXIX meeting of CITRA and which will be the object for studies and discussions of archivists on an international scale.

Taking into account the broad representative base of the Professional Associations and the role they play in a democratic society and their relation to the State, ICA's specific section, SPA - Section of Professional Archival Associations, is developing efforts in order to increase the worth of the archivists and to develop their capacity. At the moment, an Ethics Code is being discussed, which is a highly important issue because of the responsibility the archivist takes upon himself in performing his profession.

Regarding public archives, the archivists should also fight for their administrative and financial autonomy, since this makes the fulfilling of their duties possible, taking into account the importance of their position on a high hierarchic scale. In supporting the actions taken for the development of archives, the International Council of Archives establishes mechanisms of cooperation. Their duties include joining governments in the use of information as a resource for development, in the preservation of their documental assets and, also, in defending the exercise of citizenship.

CIA Conselho Internacional de Arquivos

O Conselho Internacional de Arquivos - CIA, criado em 1948, é uma organização não-governamental, com sede em Paris, que tem por objetivos, segundo seu Estatuto:

a) estimular e apoiar, em cooperação com outros organismos intergovernamentais e organizações internacionais não-governamentais, o desenvolvimento dos arquivos em todos os países para a preservação do patrimônio arquivístico da humanidade;

b) promover, organizar e coordenar, em nível internacional, as atividades na área de arquivos e gestão de documentos;

c) estabelecer, manter e fortalecer as relações entre os arquivistas de todos os países e entre todas as instituições e organismos profissionais e outros, públicos ou privados, cujas atividades sejam concernentes com a administração e preservação de documentos e arquivos, e com a formação profissional dos arquivistas;

d) facilitar a interpretação e o uso dos documentos arquivísticos, possibilitando maior conhecimento de seu conteúdo e estimulando maior facilidade de acesso aos arquivos.

O Conselho Internacional de Arquivos conta com 1.244 membros, em 155 países e territórios, e 44 organizações internacionais.

É uma das organizações não-governamentais mais representativas, contando com 184 membros da categoria A, sucursais regionais, vários comitês especializados e um corpo coordenador para o programa europeu.

Os membros da CIA estão divididos nas seguintes categorias:

Categoria A: Arquivos Nacionais

Categoria B: Associações Profissionais de Arquivistas

Categoria C: Membros Institucionais

Categoria D: Membros Individuais

Categoria E: Membros Honorários

Existem também três **Comissões Permanentes** para implementação de setores específicos do CIA. São elas:

Comissão de Desenvolvimento Arquivístico - responsável pelo desenvolvimento dos arquivos e administração de serviços arquivísticos em regiões fora da Europa.

Comissão do Programa de Administração - responsável pela preparação e execução do programa técnico e profissional do CIA, pelo monitoramento das atividades das seções e comitês e pelo conteúdo profissional das conferências, seminários e simpósios do CIA.

Comissão do Programa de Apoio - responsável pela identificação de recursos suplementares para o apoio das atividades do CIA.

O CIA também desenvolve suas atividades através de:

Sucursais Regionais - formadas a partir do interesse de arquivos e arquivistas em fortalecer laços de cooperação em determinada área regional. São elas:

Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA

Sucursal Regional da Arábia

Sucursal Regional do Caribe

Sucursal Regional da África Central

Sucursal Regional da África Oriental e Meridional

Sucursal Regional do Pacífico

Sucursal Regional do Sudeste Asiático

Sucursal Regional da Ásia do Sul e Ocidental

Sucursal Regional da África Ocidental

Seções - são formadas por membros do CIA que compartilham interesses profissionais comuns ou de natureza similar. Compreendem:

Seção para o Ensino da Arquivologia e a Formação de Arquivistas

Seção dos Arquivos do Mundo do Trabalho e dos Negócios

Seção de Arquivistas de Organizações Internacionais

Seção de Arquivos Municipais

Seção de Associações Profissionais de Arquivistas

Seção Provisória de Arquivos Parlamentares e Partidos Políticos

Seção Provisória de Arquivos Universitários

Comitês - são criados para o cumprimento de atribuições específicas e estão assim denominados:

Comitê de Arquivos de Arquitetura

Comitê de Arquivos de Ciência

Comitê de Arquivos Audiovisuais

Comitê de Edifícios e Equipamentos de Arquivos

Comitê para Prevenção de Desastre

Comitê de Arquivos Eletrônicos

Comitê de Arquivos Literários e Artísticos

Comitê para Assuntos de Legislação Arquivística

Comitê de História Oral

Comitê de Preservação de Material Arquivístico

Comitê de Arquivos Correntes, Sistemas de Gestão de Documentos e Avaliação Arquivística

Comitê de Sigilografia

Comitê de Tecnologia da Imagem

O CIA é presidido por Jean-Pierre Wallot, arquivista nacional do Canadá, e conta com a participação de Charles Kcskeméti, da França, na qualidade de Secretário-Geral; e de Klaus Oldenhege, da Alemanha, como Tesoureiro.

A **Seção de Associações Profissionais de Arquivo (SPA)** tem como finalidades: "promover a cooperação entre todas as associações de arquivistas; coletar e difundir informações sobre suas atividades; realizar projetos de interesse profissional; estimular a participação das associações profissionais no âmbito do CIA".

Integram a SPA 29 associações nacionais de profissionais de arquivo, sendo que 21 são do continente europeu. Apesar do incremento das atividades do CIA, a comunidade profissional em muitos países não se faz representar na organização.

A Presidência da SPA é exercida no momento por Kenneth Hall, do Arquivo de Essex, Inglaterra e a Secretaria por Marco Carassi, do Arquivo do Estado, Turim/Itália.

A reunião anual dos delegados da SPA, em 1993, ocorreu no dia 24 de setembro, na Cidade do México, como evento integrante da CITRA. Na ocasião, deu-se ênfase especial aos estudos sobre o "Código de Ética" cuja minuta já foi distribuída entre os países membros para apreciação. Sugestões deverão ser encaminhadas através das associações e das instituições arquivísticas, até o início do ano de 1994, para que, em abril, possa ser dada a formatação final ao texto.

A Seção de Associações Profissionais de Arquivo está estudando um modelo de Estatuto de Associação preparado pelo Canadá.

Também está sendo preparado um diretório internacional de associações profissionais.

ARQUIVO NACIONAL

Res. nº 78248 Bmweb

13103 2018

Diário

CITRA

A Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos (CITRA), inaugurada em 1954, é o encontro anual de diretores de arquivos nacionais, presidentes de associações profissionais e presidentes de Seções do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), para discussão de assuntos de grande interesse arquivístico.

A XXIX CITRA realizou-se, no ano de 1993, de 22 a 24 de setembro, na Cidade do México, tendo sido precedida pelos seguintes eventos: "Seminário sobre Descrição de Arquivos", "Reunião do Comitê Executivo", "Reunião da Comissão para o Desenvolvimento de Arquivos", "Reunião Conjunta do Comitê Executivo e das Comissões Permanentes" e "Reunião da Diretoria da CITRA".

Paralelamente, realizaram-se reuniões específicas da Seção das Associações Nacionais de Profissionais de Arquivos, da Associação dos Arquivistas e Diretores de Arquivos do Reino Unido, e da Associação Internacional dos Arquivos Francófonos.

A Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, Lia Temporal Malcher, representou a entidade na conferência, da qual também participaram o Diretor-Geral do Arquivo Nacional, Jaime Antunes da Silva, e o Diretor do Arquivo do Estado de São Paulo, Marco Antonio Ferreira.

Presidida por Trudy Peterson, Arquivista Adjunta do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, e Secretariada por Arnaud Ramière de Fortanier, Inspetor Geral dos Arquivos de França, a CITRA elegeu como tema central do encontro: **"Promover uma política de arquivos: estratégias no âmbito da administração pública"**, com o objetivo de sensibilizar as autoridades governamentais sobre a importância da gestão de documentos e do desenvolvimento dos serviços de arquivos no âmbito da administração pública. Foram abordados os seguintes subtemas:

- Os arquivos, as autoridades e as leis
- Ligações entre funções e estruturas
- As políticas de inserção dos arquivos na hierarquia governamental
- Os arquivos nacionais e a cooperação intergovernamental.

Pela primeira vez em sua história, a CITRA se realizou em país da América Latina, cujos representantes de arquivos e de associações profissionais tiveram uma participação atuante nas discussões dos temas escolhidos.

A próxima CITRA será realizada na cidade de Salônica (Grécia) no período de 12 a 14 de outubro de 1994. Será a XXX Conferência.

XXIX CITRA RECOMENDAÇÕES

Tradução de LIA TEMPORAL MALCHER

"Considerando que os arquivistas contribuem para a consecução das finalidades e objetivos dos arquivos, trabalhando no âmbito de estruturas governamentais que variam de acordo com as nações, e reconhecendo a importância do papel dos arquivos na salvaguarda dos direitos e interesses públicos e privados, a XXIX Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos recomenda:

1 – que seja solicitada ao Comitê para Assuntos Jurídicos do Conselho Internacional de Arquivos (ICA/P-LM) a definição dos princípios gerais sobre os quais legislação e regulamentação devem ser estruturadas, no sentido de ajudar os governos e as instituições arquivísticas governamentais a desenvolverem leis e regras para a preservação e o uso dos arquivos;

2 – que também se solicite ao Comitê para Assuntos Jurídicos a identificação das opções disponíveis, para que os governos possam colocar em prática esses princípios, baseando-se na experiência internacional;

3 – que os governos sejam encorajados a situar suas instituições arquivísticas em um nível hierárquico que lhes assegure autonomia administrativa e viabilidade financeira;

4 – que os governos assegurem a destinação dos documentos de maneira específica no momento em que instituições sejam privatizadas;

5 – que a Subcomissão de Promoção Profissional seja encorajada a identificar e desenvolver mecanismos que possam ser usados pelos arquivistas em suas iniciativas para valorizar o papel dos arquivos no âmbito governamental;

6 – que o CIA empreenda medidas apropriadas no sentido de identificar os vários aspectos da gestão dos arquivos de segurança e de inteligência e que apresente um relatório sobre essa questão na próxima reunião da CITRA;

7 – que os arquivistas insistam junto às comissões nacionais da UNESCO em seus diferentes países, para que estas priorizem o encorajamento e apoio às iniciativas daquele órgão no que diz respeito aos arquivos e à gestão de documentos.

A Conferência, parabenizando o trabalho da Comissão *ad hoc* de Padronização Descritiva do CIA (ICA/DDS), endossa suas recomendações para que o ISAD(G) seja testado pelo maior número possível de instituições arquivísticas e solicita que o Conselho promova a avaliação dos resultados desses testes.

A Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos expressa sua gratidão ao Governo do México por sua hospitalidade e solicita à Diretora do Arquivo Geral da Nação que agradeça a todos os que participaram da organização da Conferência e contribuíram para seu notável êxito."

IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS

MOÇÕES

1 – A IV Conferência Nacional de Arquivos Públicos por seus promotores agradecem ao Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Administração e do Arquivo Público Estadual, o apoio decisivo para o êxito de sua realização.

Um agradecimento especial à Diretora do Arquivo Público Estadual, Sr^a Maria Inês Ribeiro Pupa, e à sua equipe, pela hospitalidade e competência demonstradas na fase de organização e realização da IV Conferência Nacional de Arquivos Públicos.

2 – No momento em que o Sr. Walter Albuquerque Mello encerra as suas atividades como Superintendente do Arquivo Público do Distrito Federal, o plenário da IV Conferência Nacional de Arquivos Públicos manifesta o seu reconhecimento pela atuação do mencionado colega em prol daquela instituição e do desenvolvimento da cooperação arquivística no Brasil.

3 – Agradecemos e parabenizamos ao Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco pela aprovação do 1º Curso de Especialização de Organização de Arquivos, uma iniciativa do Núcleo Regional da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

4 – Os alunos do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, aqui presentes, parabenizam a Comissão organizadora do evento e os profissionais que gentilmente colaboraram, cedendo o seu valioso tempo para entrevistas, numa contribuição para o nosso trabalho e para a divulgação de nossos propósitos.

5 – No momento em que o Congresso Nacional investiga os processos de corrupção e atos lesivos do Poder Público envolvendo órgãos do Legislativo e Executivo Federal, os participantes da Conferência Nacional de Arquivos Públicos manifestam sua expectativa na punição de todos os responsáveis e na instauração de uma ordem eficiente, democrática e transparente dos negócios públicos. A ordem tem como um dos seus requisitos básicos a adequada administração dos documentos governamentais nos termos do Art. 216 Parágrafo 2º da Constituição Federal e da Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991.

A.P.P.D.P. – Curitiba

RECOMENDAÇÕES

1 – Que a Conferência Nacional de Arquivos Públicos continue sendo integrada, quando de sua realização, pelos Seminários Nacional de Arquivos Estaduais, de Arquivos Municipais e o de Gestão de Documentos;

2 – Que se implante uma política contínua de informação sobre os arquivos públicos independente do seu âmbito de ação e esfera administrativa;

3 – Que se dê incentivos às ações de intercâmbio entre os arquivos com vistas ao aprimoramento técnico e informacional;

4 – Que se constituam grupos de trabalhos específicos, com a participação do Arquivo Nacional, Arquivos Estaduais, Arquivos Municipais e Associação dos Arquivistas Brasileiros com vistas à elaboração das seguintes propostas:

a) programas de descrição em arquivos compatíveis entre si;

b) de regulamentação da Lei 8.159/91 no que tange ao acesso à informação;

c) inserção efetiva dos arquivos do judiciário e do legislativo na política nacional de arquivos.

5 – Que os Arquivos Judiciários, quando criados, sejam postos em nível de Arquivos Judiciários Estaduais, abrangendo o Poder Judiciário como um todo e não como Arquivos dos Tribunais de Justiça dos Estados.

Eugênia Andrade Vieira Silva,
Diretora do Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe

6 – Que seja encaminhada ao Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo recomendação no sentido de ser implantado nesta Universidade o Curso de Graduação em Arquivologia.

FAMA/LHCS/DSR

NÚCLEOS REGIONAIS

ALAGOAS

Geraldo da Silva Filho
Caixa Postal 217-51011
Maceió – AL
Fone: (082) 325-2183

BAHIA

Lucia Maria Ruas Gaspar
Rua J. Castro Rebello nº 1
Pelourinho
Salvador – BA
CEP 40025-160
Tel.: (071) 321-8023
(071) 245-2175

BRÁSILIA

Eloisa Rocha Pereira
SCLN, 104 – Bl. A – A – S. 115
Fone: (061) 225-8728
Brasília – DF
CEP 70733-500

CEARÁ

Aureolino Agostinho Araújo
Rua Napoleão Laureano nº 383
Bairro de Fátima
Fortaleza – CE
CEP 60411-170

ESPÍRITO SANTO

Solange Barros Garcez
Av. Vitória nº 780
Forte São João
Vitória – ES
CEP 29010-580
Fone: (027) 225-4922 – Ramal 133
(027) 223-2952

MARANHÃO

Maria de Lourdes Oliveira Mendes
Rua dos Ipês nº 8 – aptº 404
Renascença
São Luis – MA
CEP 65075-200
Fone: (098) 227-2975

MATO GROSSO

Heitor Correa da Rocha
Arquivo Público do Mato Grosso
Secretaria de Administração Bl. 3
Cuiabá – MT
CEP 78025-280
Fone: (065) 312-8008
(065) 322-5248

MINAS GERAIS

Achiles Mauro M. de Castro Leite
Rua Aimoré nº 1450
Bairro de Lourdes
Belo Horizonte – MG
CEP 30140-071
Fone: (031) 226-8422
(031) 226-8224

NÚCLEOS REGIONAIS

PARÁ

Maria Sueli Matias Pires
Arquivo da UFPA
Cidade Universitária - Guamá
Belém - PA
CEP 66070-810
Fone: (091) 229-2088 Ramal 468

PERNAMBUCO

Angela Cristina M. do Nascimento
Arquivo Público Estadual
Rua do Imperador nº 371
Santo Antônio
Recife - PE
CEP 50781-000
Fone: (081) 224-0620/224-9848
(081) 429-1940 (Enemerson)

RIO GRANDE DO NORTE

Maria do Céu de Brito V. Soliz
Arquivo Público Estadual do RN
Av. Prudente de Moraes nº 1396
Lagoa Seca
Natal - RN
CEP 59040-360
Fone: (084) 223-1365

RIO GRANDE DO SUL

Clara Marli S. Kurtz
Faculdade de Arquivologia
Rua Floriano Peixoto nº 1184
Sala 302
Santa Maria - MS
CEP 97015-360
Fone: (055) 222-3444

SANTA CATARINA

Ana Maria Soares Martins de Araújo
TRE - Arquivo
Rua São Francisco
Florianópolis - SC

SÃO PAULO

Daise Aparecida Oliveira
Rua Roberto Simonsen nº 72
Atalaia Velha
Aracajú - SE
CEP 49070-110
Fone: (079) 221-2958

SERGIPE

Maristher Vasconcelos Garcia
Rua Alto da Bela Vista nº 72
Atalaia Velha
Aracajú - SE
CEP 49070-430
Fone: (079) 224-8008 ramal 287
(079) 223-1667

I Encontro de Bibliotecários de Bibliotecas de Apoio

MOÇÃO

- Que seja enviada correspondência a Dora Martins Belém Vieira, então Diretora da Divisão de Apoio Cultural do Arquivo Público Mineiro, parabenizando-a pela iniciativa da recomendação apresentada na III Conferência Nacional de Arquivos Públicos na cidade de Belo Horizonte, em outubro de 1991, para que se realizasse este I Encontro de Bibliotecários de Bibliotecas de Apoio.

RECOMENDAÇÕES

1 - que todos os Arquivos Públicos possuam uma biblioteca devidamente posicionada na estrutura organizacional formal do órgão, para que recebam recursos materiais, humanos e orçamentários.

2 - que se forme um Grupo de Trabalho de Bibliotecários de Bibliotecas de Apoio para definir: conceito, objetivos, estrutura e desenvolvimento de coleção dessas bibliotecas.

3 - que este Grupo de Trabalho apresente no próximo X Congresso Brasileiro de Arquivologia uma proposta de linha de acervo para as Bibliotecas de Apoio, a partir de um diagnóstico obtido por meio de questionários a serem enviados aos participantes deste Encontro.

4 - que se incentive a definitiva implementação do Centro Nacional de Referência em Arquivologia (CNRA) do Arquivo Nacional.

Semana da Cultura

Por ocasião das comemorações da Semana de Cultura, realizadas na Fundação Casa de Rui Barbosa, entre os dias 3 e 5 de novembro, o Setor de Preservação de Documentos daquela instituição promoveu, no dia 4, um encontro entre profissionais e estudantes da área.

O evento, coordenado pela Conservadora Restauradora Maria Luiza Ramos de Oliveira Soares, constou de um Estudo de Caso em que foi discutido o trabalho de restauração do quadro "Bacharéis de Ciências e Letras 1903 - Colégio Anchieta - Friburgo", executado por profissionais da FCRB e do IBAC.

Memória do Mundo

A UNESCO lançou recentemente o Programa "Memória do Mundo" dirigido à preservação do patrimônio arquivístico e bibliográfico universal, considerando ser esta uma tarefa fundamental de sua competência. O Programa tentará sensibilizar os governos na proteção de seu patrimônio documental escrito, audiovisual e, em alguns casos, oral. Dois princípios fundamentam o Programa: a preservação dos fundos arquivísticos e das coleções de bibliotecas e a democratização de seu acesso.

Serão estabelecidos critérios para a seleção dos fundos e coleções, levando-se em conta especificidades nacionais, regionais e históricas. A cooperação internacional será a base de sustentação do Programa que contará com a coordenação principal da UNESCO, principalmente no que concerne à cooperação com as Organizações Governamentais e Não-Governamentais.

Seção de Arquivos Universitários - CIA

Durante o XII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em setembro de 1992, em Montreal, o CIA estabeleceu provisoriamente a Seção de Arquivos Universitários. A Seção provisória terá a duração de quatro anos, até o próximo Congresso, em 1996, para provar sua validade. Entretanto, o interesse demonstrado por arquivistas de vários países pela referida Seção fará com que ela desenvolva atividades, justificando pois sua existência. O esforço para organizar a Seção de Arquivos Universitários foi iniciado por um Comitê *ad hoc* liderado por Alan Ives (Universidade Charles Sturt - Austrália). Os membros eleitos para o Comitê provisório representam arquivos universitários da Austrália, Nigéria, Bélgica, Canadá, Suécia, Inglaterra e Estados Unidos. A presidência da Seção está a cargo de Marjorie Barritt (Universidade de Michigan - EUA). A Seção espera iniciar seu trabalho com um questionário a fim de identificar os arquivos universitários nos países membros do CIA, reunir informações sobre arquivos universitários em nível internacional e solicitar sugestões sobre atividades que poderiam ser de interesse dos arquivistas universitários, no mundo. Maiores informações: Marjorie Barritt, Bentley Historical Library, University of Michigan, 1150 Beal, Ann Arbor, MI 48103-2113 - Fax: 313/936-1333.

(Notícia encaminhada pela Seção. Tradução e adaptação por Mariza Bottino)

III CIA

O XIII Congresso Internacional de Arquivos será realizado no mês de agosto de 1996, na cidade de Beijing, China. Maiores informações serão fornecidas pelo CIA em futuro próximo, para que seja facilitada a apresentação dos trabalhos. O Comitê organizador promoverá excursões turísticas pós-congresso.

Questões Legais

por LEE MC DONALD
Diretor Geral de Recursos Históricos
Arquivo Nacional de Canadá
Presidente do Comitê para Assuntos de Legislação Arquivística/CIA
(Tradução de Lia Temporal Malcher)

Introdução

O Conselho Internacional de Arquivos estabeleceu, pela primeira vez, um Comitê para tratar de matérias práticas relativas à legislação. Este trabalho focaliza os itens estabelecidos na agenda do nosso Comitê e a substantiva contribuição do CIA no âmbito dos assuntos de caráter legal.

O tema da Mesa Redonda "Propostas para uma política de arquivos: estratégias junto ao governo" está diretamente ligado à legislação. O posicionamento dos Arquivos no Governo é definido por lei. A relação, se existe alguma, de arquivos oficiais com o setor não-governamental é definido por lei. E o crescente número de utilização da informação, privacidade, proteção aos bancos de dados, direito autoral - tem sido expresso na legislação. Nesse sentido, tem havido um grande aumento de solicitações ao CIA no sentido de prestar aconselhamento e sugestões tanto na legislação de arquivos como na de informação.

Muitos dos temas que levaram à necessidade de legislação em termos mundiais são baseados em questões fundamentais e universais. Como proteger a privacidade? Como facilitar o acesso e, ao mesmo tempo, proteger a privacidade? Como elaborar uma legislação que possa sobreviver aos rápidos avanços da tecnologia? Mas quando questões universais enfocam o cerne de soluções legais, nem sempre se encontram respostas comuns. Por sua própria natureza, a legislação é baseada na estrutura política, cultural e social do país. Muitas das soluções legais encontradas em um Estado não podem ser transplantadas para qualquer outro lugar. Cada jurisdição necessita estabelecer soluções que respeitem os precedentes e os códigos locais.

Por duas razões, contudo, é importante que organizações como o CIA se dediquem aos assuntos legais. Primeiro, já há suficientes elementos comuns na resposta a questões comuns, valendo a pena unir esforços em nível internacional. Por exemplo, a preocupação pela proteção de bancos de dados expressa pelos líderes representativos e legisladores de um Estado é rapidamente compartilhada por seus pares de outro Estado. Através de reuniões internacionais, publicações, e, de maneira crescente, através de noticiários de televisão, acontecimentos políticos atravessam fronteiras. Esse fator é particularmente importante para a extensa informação sobre leis que tocam muitos setores da sociedade.

Segundo, um grande número de Estados está desenvolvendo nova legislação arquivística ou renovando atos que não correspondem mais aos requisitos maiores, e países desenvolvendo novas políticas e tratados com seus vizinhos mais próximos consideram que o momento presente é o apropriado para renovar a legislação de arquivos.

Antecedentes

O CIA vem prestando, há muito tempo, assistência em assuntos arquivísticos. A coleção e a publicação de legislação arquivística em vários números do *Archivum* têm representado uma contribuição especialmente útil. O editor-chefe do *Archivum*, André Vanrie (Bélgica), já fez a chamada aos arquivos nacionais para que lhe fosse encaminhada toda nova legislação de arquivos que seja publicada. Juntas, essas publicações sobre legislação oferecem uma rica fonte para qualquer um que procure soluções práticas para problemas arquivísticos.

Sob a égide da UNESCO, o CIA tem publicado muitos guias úteis sobre legislação no que se refere a Documentos e Programas de Administração de Arquivos RAMP (sigla em inglês), Eric Ketelar, em Administração e Legislação sobre Documentos e Arquivos: um estudo com diretrizes do RAMP (Paris, 1985) oferece uma análise temática e funcional dos requisitos de legislação arquivística. Sua publicação oferece muitos exemplos de legislação na data da edição. A estrutura de sua publicação tem sido também usada como um guia para "workshops" sobre legislação patrocinados pela UNESCO e pelo CIA.

Birgit Koffer, em *Questões Legais Relativas a Arquivos Audiovisuais* (Paris, 1991), oferece a perspectiva do advogado com relação ao elemento específico da herança nacional arquivística. O trabalho toma como modelo proposições para a legislação justaposta, com comentários sobre opções e recomendações, dando exemplos de países que foram consultados. A finalidade foi expressa na esperança de que os resultados pudessem ser usados como base de discussão para uma regulamentação eficiente e usual para a criação, uso e desenvolvimento dos arquivos audiovisuais. Por que a legislação de arquivos tornou-se um tema de tão grande interesse neste tempo? Pelo menos cinco fatores nos levaram a um novo enfoque.

Primeiro: em muitas partes do mundo a relação entre os setores públicos e privados está mudando rapidamente. O equilíbrio encontrado por muitos Estados, a partir da última metade do século, tem sido questionado em termos da ênfase que a nação coloca na iniciativa pública ou na empresa privada. Dentro do setor público, as teorias correntes de administração pública têm favorecido a redução dos regulamentos e controle central. O equilíbrio anterior dos Estados era refletido em legislação consistente; os Estados que estabelecem uma relação diferenciada entre o setor público procuram atualizar a legislação e a regulamentação para estarem à altura do novo modelo.

Segundo: os valores relativos às questões do acesso à informação e da proteção à privacidade continuam evoluindo. O acesso à informação tem sido associado a valores democráticos, temperados por um mínimo requerido de confidencialidade para a salvaguarda da segurança e da sustentação da tomada de decisões. A proteção à privacidade pessoal, particularmente com respeito à tecnologia transferida, chegou a ser um tema comum no debate entre os líderes de opinião. Os assuntos de acesso e privacidade são fundamentais na legislação de arquivos.

Terceiro: algumas jurisdições identificaram uma convergência na informação e na legislação de assuntos de arquivos. Como as sociedades deram uma resposta relativa à sociedade da informação, desen-

volveram-se leis relacionadas com arquivos, bibliotecas, cinematecas, bibliotecas de registro computacionais e acesso. Ainda que cada lei se tenha desenvolvido por si própria, os Estados, subsequentemente, procuraram atingir um nível de consistência na definição de processo.

Quarto: a rápida mudança na tecnologia dificultou a aplicação de muitas leis, por causa da obsolescência da linguagem ou dos conceitos. As exigências do depósito legal, por exemplo, têm sido muitas vezes expressas em linguagem que não abrange os mais recentes produtos da informação na indústria da publicação. A renovação da legislação que leve em conta a tecnologia e a procura de uma linguagem suficientemente genérica para acompanhar o crescimento imprevisível da tecnologia também focaliza a atenção nesse campo.

Quinto: a última década do século vinte assistiu à explosão do número de Estados novos e em desenvolvimento, cada um procurando estabelecer uma nova estrutura legal para sua sociedade. Este último fator tem sido o mais importante a chamar nossa atenção.

Temas

Esses fatores levaram o Conselho Internacional de Arquivos, através de seu **Comitê para Assuntos de Legislação Arquivística**, a tomar algumas medidas imediatas. Leis de arquivo novas e atualizadas estão sendo redigidas em muitos Estados. Tendo em vista que as leis estão baseadas na cultura e no código existentes e precedentes, o CIA não pode proporcionar um único modelo para suprir todas as necessidades. Mas podem ser recomendadas opções apropriadas para jurisdições específicas. E soluções que sejam consideradas adequadas para uma área podem ser compartilhadas com aquelas que tenham um parâmetro similar de desafio. Quando o CIA considerou propostas para uma nova legislação relativa a uma instância específica que tenha sido submetida a uma revisão informal, definições que ficaram muito soltas em conceitos subjetivos resultaram desalentadoras. Expressões específicas em responsabilidade quanto a mandatos resultaram alentadoras. A relação entre a legislação arquivística e as leis relacionadas com a propriedade e o uso da informação foi realçada. A linha de transição dos arquivos de um regime formal ao governo atual foi estimulada. Ao final, o CIA só pôde proporcionar exemplos e contextos paralelos. A legislação será finalmente a expressão dos valores sustentados pela sociedade.

A relação entre as instituições arquivísticas e outras relações tais como o acesso à informação e a privacidade é um segundo assunto expressivo na agenda. Particularmente em sociedades onde a informação tecnológica e os arquivos contemporâneos são de extrema importância, a legislação de arquivos se desenvolve no contexto de outras leis de informação.

O terceiro assunto gira ao redor da questão do direito autoral. O CIA, assim como outras organizações internacionais não-governamentais, é um observador da **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. Nosso interesse em acompanhar o desenvolvimento legislativo nesse campo é intensificado pelo crescente interesse em novos materiais de suporte tecnológico para arquivo. Questões de pesquisa e aquisição levam-nos a definir nossos interesses e procurar parceiros dentro do espectro dos que detêm o direito da propriedade literária e que podem compartilhar objetivos similares a longo prazo.

Finalmente, perante o CIA, um dos assuntos mais significativos foi a mudança de fronteiras, jurisdições e constituições em várias partes do mundo. Muitos Estados tentaram consignar esses temas na "Conferência das Nações Unidas sobre a Sucessão dos Estados relativa às Propriedades do Estado, Arquivos e Dívidas" (Viena, 1983). O pacto originado dessa conferência falhou por não ter sido ratificado pelos governos nacionais. A proposição relativa aos arquivos é inconsistente com as posições assumidas pelo CIA em foros, tais como os da Mesa Redonda de Cagliari, em 1977. Um estudo completo do CIA, UNESCO, e outra documentação internacional no contexto de desenvolvimento com relação à Rússia foi preparado pela Professora Patricia Kennedy-Grimsted (Universidade de Harvard, EUA). Como coordenador da publicação do CIA, Leopold Aver (Austrália) tomou o encargo de imprimir seu estudo especial relacionado com documentos internacionais em uma simples referência de trabalho. Será um instrumento de muita utilidade para o **Comitê para Assuntos de Legislação Arquivística** e qualquer outro, tratando-se da questão da herança de arquivos, no contexto da mudança de fronteiras e jurisdições.

Resultados

O CIA está interessado nos resultados de cada um de seus grupos de trabalho e comitês. Seminários e oficinas têm sido particularmente úteis no campo de assuntos legais. Em 1992, o CIA promoveu um encontro sobre legislação para os Estados do Pacífico reunidos em Samoa Ocidental, sob os auspícios do PARBICA, Sucursal Regional do Pacífico. Em julho de 1993, um encontro similar foi programado para os Estados do Caribe, em Trinidad, dentro da reunião regular do CARBICA, Sucursal Regional das Antilhas. O CIA, em participação com a Associação Internacional dos Arquivos Francófonos (AIAF), patrocinará um seminário sobre legislação de arquivos como um elemento essencial da administração de arquivos, na Tunísia, em maio de 1994. O CIA também está envolvido em reuniões que juntarão os interessados em legislação de arquivos da Europa Central e Oriental para discutir questões urgentes relativas à rápida mudança dos Estados nessa região. Arquivistas da Comunidade Européia encontraram-se para examinar similaridades e diferenças, de importância crescente para os Estados membros.

A publicação de um compêndio atualizado pelo **Archivum** sobre legislação corrente será muito bem recebida por aqueles que atuam nessa área. A impressão de documentação internacional considerada relevante pelo CIA e pela UNESCO relacionada com as demandas da herança de arquivos em tempos de transição já foi mencionada neste trabalho. Laros Kormendy (Hungria) propôs que o CIA patrocinasse a produção de uma base de dados sobre textos legais referentes a arquivos para prestar assistência àqueles países que atualmente estejam formulando nova legislação de arquivos. Essas iniciativas mundiais serão revistas na primeira reunião do Comitê para Assuntos de Legislação Arquivística, a se realizar na Alemanha, em outubro de 1993.

Conclusão

Legislação é uma das estratégias fundamentais para promover o desenvolvimento dos arquivos junto ao governo. As leis estabelecem a relação entre as instituições, incluindo arquivos, e os situa no contexto da sociedade a que servem. Usualmente, a legislação refletirá a influência e a posição dos arquivos no governo, em lugar de impor uma nova e diferente relação. Nesse sentido, a lei de arquivos será a culminância das estratégias junto ao governo para o progresso dos arquivos.

CURSOS

Dentre as metas estabelecidas pela atual gestão da AAB está o desenvolvimento técnico-científico com a realização de cursos e seminários. Com isso esperamos poder atender às demandas da comunidade de profissionais da área de informação.

A coordenação dos cursos e seminários está a cargo de Mariza Bottino que se coloca à disposição de todos, acolhendo sugestões de temas de cursos, seminários e palestras, com o intuito de atender de maneira eficaz às necessidades dos usuários.

Assim poderemos viabilizar a consecução de nossos objetivos e dar continuidade à organização de eventos para o ano de 1994.

A FILIPERSON E OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS

REINALDO SILVA
Gerente de Projetos
da Filiperson Indústria de Papéis
Especiais Ltda.

É com grande satisfação que a Filiperson vem desejar a todos os profissionais da área de preservação e conservação de documentos os seus votos de feliz 1994.

Durante o ano de 93 a relação de parceria que a Filiperson manteve com os profissionais da área de conservação e preservação das instituições públicas em nosso estado serviu para avaliarmos o excelente nível de conscientização existente, as dificuldades que enfrentam no exercício de suas atividades, o descaso de seus pareceres quando estão envolvidos na defesa do patrimônio público cultural etc. Poderíamos relacionar inúmeras dificuldades, algumas maiores que as outras, mas acabáramos citando um repertório que todos conhecem, principalmente os dirigentes das próprias instituições públicas.

Porém, a Filiperson recebeu desses profissionais várias provas de apoio ao seu projeto de aproximação com essa área cultural. Foi através desse apoio que ela pôde realizar vários eventos e lançar um novo produto no mercado, o papel FILIFOLD DOCUMENTA, que soluciona o problema de embalagem apropriada para preservação e conservação de documentos.

Sabemos das dificuldades financeiras que as instituições públicas atravessam. Sabemos também que não existe em nosso país nenhuma política efetiva na área de preservação e conservação de documentos, elaborada e fiscalizada pelos profissionais. Sabemos ainda que temos de enfrentar uma "ignorância" sobre a preservação de nossa História. Mas, também sabemos da vontade política de mudança de mentalidade que une os profissionais da área de preservação e conservação de documentos. E é nisso que acreditamos.

O projeto Boletim Informativo conta com o apoio da Filiperson Papéis Especiais, na doação do papel alcalino necessário a sua confecção, enfatizando-se a importância da utilização de materiais de características ideais para a preservação do suporte da informação.

Resolução nº 001

A Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, no uso das atribuições delegadas pela Diretoria e pelo Conselho Deliberativo da entidade, resolve:

a) **Instituir uma Comissão de Estudos para rever a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e o Decreto nº 82.590, de 06 de novembro de 1978, que regulamenta a citada Lei, a ser integrada pelos seguintes membros:**

Angela Cristina M. do Nascimento (Diretora do Núcleo Regional de Pernambuco); Clara Marli S. Kurtz (Vice-Diretora do Núcleo Regional do Rio Grande do Sul – Professora da Universidade de Santa Maria/RS); Daíse Aparecida Oliveira (Diretora do Núcleo Regional de São Paulo); Eloisa Rocha Pereira (Diretora do Núcleo Regional de Brasília); Lúcia Maria Ruas Gaspar (Diretora do Núcleo Regional da Bahia); Maria Odila Kahl da Fonseca (Professora da UFF); Marilena Leite Paes (Conselheira da AAB); Mariza Battino (Conselheira da AAB – Professora da Uni-Rio e UFF).

A Comissão terá a coordenação de Maria Odila Kahl da Fonseca e deverá apresentar o resultado de seus trabalhos até o prazo máximo de 30 de março de 1994, permitindo que o novo texto da Lei seja analisado e avaliado pela Assembléia Geral Ordinária a se realizar em abril do mesmo ano.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1993.

Lia Temporal Malcher

Presidente da AAB

Presidente do Fórum dos Arquivistas Lusófonos

Resolução nº 002

A Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, no uso das atribuições delegadas pela Diretoria e pelo Conselho Deliberativo da entidade, resolve:

Criar o Comitê de Paleografia e Diplomática

com o objetivo de intensificar os estudos e pesquisas, promover a troca de experiências e disseminar os conhecimentos especializados referentes às áreas da Paleografia e da Diplomática.

O Comitê terá a duração de tempo indeterminado e só será extinto por Ato específico e formal.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1993

Lia Temporal Malcher

Presidente da AAB

Presidente do Fórum dos Arquivistas Lusófonos

Estatuto

A AAB pretende rever seu Estatuto. Todos são convidados a participar. Sugestões poderão ser enviadas, até meados de fevereiro, quando será marcada uma Assembléia Extraordinária para discussão do tema.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Diretoria da AAB – 1993-95

Presidente:

Lia Temporal Malcher

Vice-Presidente:

Eliana Resende Furtado de Mendonça

1ª Secretária:

Laura Regina Xavier

2ª Secretária:

Rosely Cury Rondinelli

1º Tesoureiro:

Sergio Duayer Hosken

2ª Tesoureira:

Ercília Lúcia Medeiros Kropf

Adelina Maria Alves Novaes e Cruz

Daniela Francescutti Martins

Jerusa Gonçalves de Araújo

Maria Amélia Gomes Leite

Maria de Lourdes Costa e Souza

Marilene Leite Paes

Regina Alves Vieira

SUPLENTES

Celia Maria Leite Costa

Eliane Balbina F. Sales

Luis Cleber Gac

Maria Hilda Pinto de Araújo

Mariza Battino

Vitor Manuel Marques da Fonseca

SUPLENTES

José Lázaro de Souza Rosa

Maria Luiza Ferreira Lodi

CONSELHO EDITORIAL

Helena Corrêa Machado

José Lázaro de Souza Rosa

Maria Amélia Gomes Leite

Maria Odila Kahl Fonseca

Marilena Leite Paes

Silvia Ninita de Moura Estevão

REDATORA CHEFE

Rosely Cury Rondinelli

CONSELHO DELIBERATIVO

EFETIVO

Helena Corrêa Machado
(Presidente)

CONSELHO FISCAL

Elizabeth Cristina de Carvalho

Ila de Souza S. Martins

Marilúcia Ribeiro Pinheiro

ASSOCIAÇÃO DOS
ARQUIVISTAS BRASILEIROS
Praia de Botafogo, 186 – Sala 217
Tel./Fax: (021) 551-0748
CEP 22250-040
Rio de Janeiro – RJ – Brasil